

Brasil é o 2º país com menos mulheres em cargos de gerência

Embora a diversidade de gênero esteja no foco das discussões corporativas, mulheres em cargo de alta gerência não é realidade nos países da América Latina.

O que comprova isso é um estudo produzido pela Hays Executive, que ouviu 480 executivos em cargos de alta gerência em empresas latino-americanas. Dos líderes ouvidos, apenas 15% são mulheres. Dessas, apenas 2% ocupam cargos nível 1 em suas empresas (CEO, Presidente, Gerente Nacional).

O México é o país com menos mulheres ocupando alta liderança, com apenas 11% dos cargos sendo ocupados por elas. O Brasil vem logo depois, com apenas 12% dos altos cargos ocupados por mulheres. Para Fernanda Siqueira, diretora da Hays Executive, a diversidade de gênero ainda é uma questão importante a ser discutida no ambiente corporativo. “Embora existam discussões sobre o tema, os números mostram



que muitas empresas não ultrapassam a barreira do discurso”, diz a Fernanda.

Outro dado que chamou atenção é que as mulheres demoram mais tempo para serem reconhecidas. De acordo com o levantamento, 55% das mulheres em cargos nível 1 têm idade

entre 51 e 60 anos. Em contrapartida, a maioria dos homens têm entre 41 e 50 anos. O Chile é o único país que tem mulheres mais jovens, abaixo dos 30 anos, ocupando cargos nível 1.

A diversidade de gênero é algo muito latente. Dificilmente uma empresa sobreviverá

por muito anos se ignorar essas e outras questões ligadas à diversidade. “Vivemos um momento em que a diversidade não pode ser ignorada, o consumidor cobra e isso se reflete em toda a cadeia”, explica a executiva.

A boa notícia é que algumas empresas já estão tra-

ESTUDO
COMPROVA
QUE PAÍS TEM
APENAS
12% DOS
ALTOS
CARGOS
OCUPADOS
POR
MULHERES.

balhando para reduzir essa diferença dentro de seus escritórios e exigem a presença de mulheres na lista de candidatos em um processo seletivo. Outro ponto importante é que cresceu a demanda por profissionais, principalmente em empresas multinacionais, para construir a área de diversidade de diversas empresas.

Agências dos Correios vão emitir carteiras de trabalho

O Ministério do Trabalho e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos vão firmar, nos próximos dias, acordo de cooperação técnica para emissão da carteira de trabalho e previdência social nas unidades da empresa. Pelo acordo, que foi anunciado, o projeto piloto será implantado nos próximos 30 dias no estado de São Paulo.

Segundo o secretário executivo substituto do Ministério do Trabalho, Admilson Moreira, a iniciativa tem o objetivo de descentralizar a emissão da carteira de trabalho manual e informatizada e de levar o serviço para mais perto da popula-

O SERVIÇO DE EMISSÃO DE CARTEIRAS PELOS CORREIOS ENTRARÁ EM TESTE PRIMEIRAMENTE EM SÃO PAULO.



ção. “O propósito da parceria é oferecer um serviço mais ágil e acessível ao trabalhador”, disse Moreira.

De acordo com o ministério, de janeiro a maio deste ano, foram emitidas mais de 2,3 milhões de carteiras de trabalho no país, das quais 580 mil no estado de São Paulo.

O serviço de emissão de carteiras está disponível nas unidades ligadas ao Ministério do Trabalho e em unidades descentralizadas espalhadas pelo país, por meio de parcerias com estados e municípios. A rede conta com cerca de 2,1 mil postos de atendimento.



Querendo ou não, Facebook faz controle editorial

A decisão do Facebook de excluir 196 páginas e 87 perfis integrantes de uma “rede de desinformação”, anunciada pela plataforma, gerou um debate no Brasil quanto aos limites que cabem a uma empresa do setor.

O Facebook não divulgou quais páginas e perfis foram removidos, mas reportagens e comunicados ajudaram a identificar alguns dos punidos. Fontes ouvidas pela agência de notícias Reuters afirmam que a rede que foi alvo do Facebook era operada por membros do Movimento Brasil Livre (MBL). Foi o suficiente para críticos apontarem um caráter ideológico na ação.

Em entrevista à DW Brasil, Demócrito Reinaldo Filho, desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco e doutor em direito à privacidade na área digital, analisa a atuação da gigante americana e o que está previsto na legislação brasileira quanto à regulação de empresas controladoras de redes sociais.

Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Informática (IBDI), Reinaldo Filho afirma que o Facebook pode excluir contas que não cumpram as normas internas da plataforma.

“Querendo ou não, quando o Facebook remove contas, ele está fazendo um controle editorial, como qualquer veículo de mídia tradicional”, afirma. O especialista critica o Marco Civil da Internet, em vigor no Brasil desde 2014, que não atribui a redes sociais a responsabilidade pelo conteúdo publicado em suas plataformas.

ESPECIALISTA EM DIREITO À PRIVACIDADE NA ÁREA DIGITAL APONTA BRECHAS NA REGULAÇÃO DE REDES SOCIAIS NO PAÍS.



DW Brasil: O Facebook divulgou que páginas e perfis foram removidos pelo “uso de contas falsas”, contrariando a regra de autenticidade da empresa. Muitas pessoas criticaram um possível teor ideológico nas punições. Um procurador da República chegou a pedir explicações da empresa com prazo de 48 horas e o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão, chamou a ação de “censura política”. O Facebook pode ou não deletar contas dessa forma?

Demócrito Reinaldo Filho: É claro que pode. Ele é o controlador da página, e quem faz uma conta se res-

ponsabiliza a obedecer as exigências da empresa. Se os termos de uso não foram obedecidos, nesse caso a questão de falta de identificação dos usuários, o Facebook tem todo o direito legal de excluir as contas. Hoje no Brasil não há uma lei que impeça a plataforma de fazer isso.

Há alguma previsão legal de controle de empresas que operam redes sociais no Brasil?

Querendo ou não, quando o Facebook remove contas dessa forma, ele está fazendo um controle editorial do seu conteúdo. Isso é uma contradição a tudo o que eles defendem quando são acionados na Justiça brasileira. Sempre que há uma reclamação sobre conteúdo inapropriado, a defe-

sa desse tipo de empresa é que eles não fazem controle de conteúdo, apenas disponibilizam uma plataforma.

Eles fazem sim controle editorial, como qualquer veículo de mídia tradicional. Então, deveriam ser responsabilizados como tal. Mas isso não ocorre porque o Marco Civil da Internet permite uma brecha no seu artigo 19, segundo o qual essas empresas só serão responsabilizadas civilmente pelo conteúdo das postagens se desobedecerem uma ordem judicial. É o melhor dos mundos para eles.

Em janeiro deste ano, entrou em vigor na Alemanha a lei conhecida como NetzDG, que tem o objetivo de restringir o discurso de ódio e conteúdos ile-

gais e ofensivos na internet. A lei estabelece regras e exige medidas das empresas que controlam redes sociais, inclusive com previsão de multas milionárias, mas sofreu críticas de diversas entidades, que acusam o governo alemão de deixar às empresas a tarefa de punir conteúdo impróprio, em vez da Justiça. Como o senhor vê a lei alemã? Acredita que algo similar poderia ser implantado no Brasil?

O que o legislador da NetzDG pretendeu foi atribuir ao provedor de rede social um mínimo de responsabilidade editorial pelo que é publicado em seu sistema. A lei alemã é boa, mesmo que seja de forma tímida. As empresas podem excluir páginas e perfis, mas precisam também prestar contas para a sociedade e para o governo sobre como fazem isso.

Escândalos recentes nos EUA e no Reino Unido envolvendo o uso de dados do Facebook mostraram que as redes sociais podem ter um papel importante em eleições. No Brasil, já há algumas iniciativas de observação e checagem de notícias falsas. Como o senhor vê essas ações e o que acha que poderia ajudar?

A melhor solução para fake news é dar responsabilidade a quem controla a plataforma. Isso não é feito de forma completa hoje. Ações pontuais como a do Facebook não vão solucionar o problema. Pelo contrário, só mostram que eles não são tão neutros quanto dizem ser.



Fundado em 1934

Diretor Responsável: Eduardo Carvalhaes Nobre
(Registro DR-MT/SRTE/MG - Nº 11.411)

Propriedade de O Debate Ltda - CNPJ: 19.403.088/0001-10
Redação - Av. Amazonas, 2234 - Santo Agostinho - 30180-003
Belo Horizonte/MG - (31) 3337-8008

Edição 2680 - Agosto de 2018

Paulo Pinheiro Chagas (1934-1953)
Oswaldo Nobre (1953-2007)
Diretoria Executiva
Luisa Maria Maia Nobre - Redação
Eduardo Carvalhaes Nobre - Mídias Digitais

Site: www.odebate.com.br
Gerente: Sandra Regina Valentim Maia
Projeto Gráfico: Carlos Alexandre Domingues
Órgão de Utilidade Pública pela Lei 1.950,
da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Os artigos e colunas assinados não expressam necessariamente a opinião do jornal.



Pouco a pouco consumidores tentam recuperar crédito

VOLUME DE INADIMPLENTES QUE REGULARIZAM DÍVIDAS CRESCE 1,6% EM JUNHO.

Com a lenta recuperação da economia, o número de consumidores que conseguiram recuperar o crédito ainda é pequeno.

Dados do Indicador de Recuperação de Crédito mensurado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), em todo o país, mostra um leve crescimento de 1,6% em junho, considerando o acumulado dos últimos em 12 meses. O resultado ficou abaixo do registrado no mês anterior (2,2%), mas ficou acima do observado nos períodos mais agudos da crise, quando houve uma queda da recuperação de crédito.

Ainda que o volume de pessoas que pagaram as dívidas atrasadas tenha aumentado em junho passado, a quantidade de inadimplentes no país segue avançando. E a principal razão para esse cenário são as novas inclusões nos sistemas de proteção ao crédito. Ou seja, se por um lado algumas pessoas vêm quitando suas pendências financeiras, por outro há os que ingressam ou retornam ao cadastro de devedores.

Para a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, os dados refletem a tímida retomada da economia, que ainda não foi suficiente para reduzir o desemprego. "A recuperação iniciada no último ano não foi suficiente para que o brasileiro observasse a evolução de sua renda ou a queda do desemprego. A situação das famílias ainda é de aperto e, apesar do aumento de consumidores que recuperaram o crédito, o ingresso de novos inadimplentes fez o número de negativados aumentar. Desta forma, a inadimplência só deve recuar na medida em que a oferta de empregos volte a crescer, assim como a renda da população", ressaltou a economista.



Flexibilidade: a atual exigência do mercado de trabalho

Com a crise e grandes volumes de demissão, realizar sozinho tarefas que antes eram feitas por três, quatro pessoas, tornou-se mais frequente do que se imagina. Lidar com as constantes mudanças estruturais ou de organograma faz parte do cotidiano de praticamente todas as empresas atualmente. Nesse sentido, é preciso muita flexibilidade para enfrentar as vulnerabilidades constantes. O popular "jogo de cintura" está sendo mais necessário do que nunca.

Inicialmente, os profissionais tendem a resistir às mudanças, relutando. Alguns tentam até minimizá-las, tentando negá-las ao máximo. O ser humano tende a querer se manter em sua zona de conforto. Fazer o que já sabe e tem domínio, é muito mais fácil e cômodo do que se aventurar por caminhos desconhecidos. Mas chega um momento que não dá mais. Por mais que tentemos postergar, as situações se desenham de tal forma que não há mais como não encará-las de frente.

É nesse momento que a flexibilidade se faz presente e tão necessária. É preciso se despir de algumas crenças pré-estabelecidas e estar aberto às novas possibilidades. Como em todos os processos de mudança, o profissional terá de passar pela chamada curva de aprendizagem,

onde precisará aprender coisas novas, como se tornar líder ou mesmo assumir uma outra área de negócio, diferente da que estava acostumado. Essa flexibilidade irá exigir também uma boa dose de paciência. A perfeição requer treino e, todos que assumem uma nova função terão que desenvolver algumas competências técnicas e comportamentais diferentes.

Só após um período de dedicação e esforço extra é que se conquistará o conhecimento e habilidades necessárias para as novas atividades. Mui-

O MERCADO DE TRABALHO TEM EXIGIDO CADA VEZ MAIS DOS PROFISSIONAIS.

tas vezes, passada essa fase de adaptação, muitos profissionais avaliam a mudança como muito positiva, visto que os desafios podem ser estimulantes. Alguns se sentem tão motivados que podem, inclusive, sentir interesse por voltar a estudar, como forma de buscar mais conhecimento e ferramentas para lidar com as novas exigências.

Contudo, cabe destacar também que toda flexibilidade exige limite. Um

profissional precisa ter uma meta, um plano de carreira bem claro. Ele precisa ter um plano de carreira estabelecido e o que pretende fazer para chegar lá. A flexibilidade pode ser interpretada como pequenas alterações de rota nesse caminho, mas elas não podem desviar o profissional de seu foco principal. Quando faz uma mudança muito brusca de carreira, voltar à área de origem pode ser mais difícil. Mas, se a alteração de rota já era desejada, a mudança pode ser muito positiva e até renovadora.

Por outro lado, ser inflexível também tem seu preço. Profissionais que se mantêm totalmente rígidos em seus propósitos, sem abrir qualquer tipo de exceção, pode perder muitas oportunidades. As empresas valorizam muito a flexibilidade e, tendem a reconhecer quem fez algum esforço para ajudar a companhia em um momento de necessidade. Algumas concessões devem ser negociadas dentro de uma proposta de mudança. Muitas vezes, é necessário dar um passo para o lado ou até mesmo para trás para avançar mais lá na frente. Já quem não aceita ceder, pode nunca atingir seu objetivo. Vale a pena pensar sobre isso.

* Fernanda Andrade é Gerente de Hunting e Outplacement da NVH - Human Intelligence.



Brasileiro gasta 14% do salário em cerveja, diz pesquisa

O brasileiro consome, em média, 6 litros de cerveja por mês. Isso corresponde a 14% do salário mínimo caso se consuma em bares – e bares caros – de São Paulo, ou 11% em bares do Rio de Janeiro, segundo dados revelados por um estudo do Deutsche Bank deste ano. O estudo revelou, para 48 cidades do mundo todo, o preço de um beer pint (500 ml) em dólares.

Com base nesses dados compilados no infográfico interativo (confira estudo no link), a plataforma de descontos Cuponation descobriu para cada uma dessas cidades que possuem piso salarial, quanto do salário mínimo local é com-

prometido para diferentes faixas de consumo médio.

Um tcheco, que consome incríveis 12 litros mensais, compromete aproximadamente 7% do seu salário caso ganhe o mínimo; caso ele(a) consuma apenas 6 litros, como o brasileiro, o share cai para 4%.

O alemão, cujo consumo mensal é de 9 litros, consome 5% do salário mínimo local. O belga, com 6 litros mensais, dispõe de 4% - aproximadamente 3 vezes menos que o carioca ou o paulista. Já para o Estados Unidos, o poder de compra do salário mínimo é um pouco pior: para os 7 litros consumidos pelos americanos, gastam-se 7% do mínimo local.

APESAR DE NÃO SER A NAÇÃO CAMPEÃ DE CONSUMO, O BRASILEIRO GASTA 14% DO SALÁRIO NA BEBIDA POR MÊS.



Delivery de comida movimentada R\$ 10 bilhões por ano

MUITOS ESTABELECIMENTOS TÊM INVESTIDO NO SERVIÇO DELIVERY PARA ATRAIR CLIENTES E AUMENTAR AS VENDAS.



Intimamente ligado à tecnologia, o setor de delivery precisa estar sempre atento ao que surge de novidade para otimizar processos e melhorar a experiência de quem pede comida em casa ou no trabalho.

Pratos deliciosos em casa e distantes apenas de alguns clics em um aplicativo no celular ou, para os mais tradicionais, a uma ligação para o atendimento do restaurante. O delivery de comida faz sucesso desde que foi criado há mais de duas décadas, mas a tecnologia empregada no setor nos últimos anos fez com que os pedidos crescessem e

com eles, a oferta de pratos.

Se antes se restringiam à pizzas e comida oriental, pode-se receber em casa até o tradicional arroz com feijão e bife ou mesmo uma comidinha mineira com aquele tempero.

Muitos estabelecimentos têm investido no serviço delivery para atrair clientes e aumentar as vendas. Um levantamento feito pelo Sebrae reforça a preferência dos consumidores por locais que ofereçam entrega em domicílio. Metade dos restaurantes e lanchonetes atendidos pela instituição em todo o país oferecem o serviço, sem terceiriza-

ção, para dar mais comodidade ao cliente.

Ainda segundo a pesquisa, 12% deles não possuem loja física, trabalhando exclusivamente por meio de entregas, sem portas abertas para a rua. Já de acordo com uma pesquisa da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), o crescimento do número de pedidos via aplicativo gira em torno de R\$ 1 bilhão a cada ano. O número, que em média é um aumento de 12%, faz com que o setor no Brasil movimente em torno de R\$ 10 bilhões a cada 12 meses.

Inadimplência das empresas tem maior alta em 21 meses

EMPRESAS DO RAMO DE SERVIÇOS, COMO BANCOS E FINANCEIRAS, SÃO AS QUE MAIS DEIXARAM DE RECEBER.

O volume de empresas com contas em atraso e registradas em cadastros de inadimplentes cresceu 9,41% no último mês de junho na comparação com o mesmo período do ano passado. Trata-se da alta mais acentuada desde setembro de 2016, quando o indicador havia registrado um crescimento de 9,61%.

Os dados são do Indicador de Inadimplência da Pessoa Jurídica apurado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Na comparação mensal, isto é, entre junho e maio de 2018, sem ajuste sazonal, o indicador cresceu 0,46%.

De acordo com o indicador, o crescimento em junho nos atrasos em nome de pessoas jurídicas foi puxado, principalmente, pela região Sudeste,

cujas variações foram de 16,11% no período. Em segundo lugar ficou a região Sul, com alta de 5,16%. Depois aparecem o Nordeste (3,84%), Centro-Oeste (3,55%) e Norte (2,06%).

A alta expressiva na região Sudeste é influenciada pela revogação de uma lei no Estado de São Paulo que exigia, por parte dos credores uma carta com Aviso de Recebimento (AR) antes de efetivar o registro de atraso.

Com o fim da lei, que burocratizava e tornava mais caro o processo de registrar uma dívida no banco de dados, muitas das negativas que estavam represadas entraram na base de dados de forma mais abrupta, contribuindo para um aumento da inadimplência não apenas na região Sudeste, mas no Brasil como um todo.

